

● POLÍTICA

PS quer inquirições feitas em dias diferentes

ROBERTO FERREIRA
rferreira@dnoticias.pt

O PS promete ir até às últimas consequências e fará uso de todos os procedimentos regimentalmente previstos para garantir o apuramento dos factos no âmbito da comissão de inquérito sobre as ‘obras inventadas’ e os eventuais favorecimentos do Governo Regional a grupos económicos, na sequência das denúncias feitas pelo ex-deputado do PSD Sérgio Marques.

Os socialistas vão avançar com novos requerimentos à comissão de inquérito para garantir que o escrutínio à acção governativa decorre de “forma séria e incisiva, travando, desta forma, a intenção já manifestada pela maioria PSD-CDS de defesa pura e dura do Governo Regional em detrimento dos interesses dos madeirenses, e fazendo face à recusa do presidente do Governo em responder presencialmente perante o parlamento, fugindo às perguntas directas dos deputados e escusando-se a dar explicações à população”.

É nesse sentido que o Grupo Parlamentar do PS já deu entrada a vários requerimentos, designadamente exigindo documentos e informações de forma potestativa ao presidente do Governo e solicitando o adiamento das inquirições já agendadas, para que sejam feitas em dias distintos e de forma mais espaçada.

Sérgio Gonçalves entende que a boa fiscalização da actividade governativa “não se compadece com a realização de trabalhos feitos à pres-



Líder do PS diz que o PSD e CDS querem obstaculizar os trabalhos.

sa, ‘em cima de joelho’”, pelo que as inquirições já agendadas para o dia 28 deste mês devem ser adiadas para data posterior à efectiva apresentação dos pedidos de informação e documentos solicitados, garantindo-se um prazo mínimo de 15 dias para análise dos elementos que venham a ser apresentados.

O presidente do PS-M considera que o facto de os deputados do PSD e do CDS não terem apresentado qualquer pedido de realização de diligências instrutórias nem terem indicado qualquer entidade a inquirir

“é demonstrativo de que querem obstaculizar os trabalhos da comissão de inquérito e não querem efectivar a fiscalização e controlo da actividade governativa”.

Prova disso, alega, foi já terem marcado as audições aos empresários Avelino Farinha e Luís Miguel de Sousa “para um intervalo de tempo tão curto (2 horas) e sem os elementos necessários”. “Só depois de a comissão estar munida da informação e dos documentos requeridos, é que se encontrará em condições de proceder a uma mais eficaz

inquirição das entidades”, afirma Sérgio Gonçalves, sublinhando que “duas horas se revelam manifestamente insuficientes” para tal.

O líder socialista vinca que a comissão de inquérito tem um prazo de 90 dias, tempo “adequado e necessário” para proceder a um rigoroso esclarecimento da verdade, analisando todos os documentos e informações pertinentes e ouvindo todas as pessoas envolvidas e citadas no processo, pelo que não aceita que, da parte dos deputados da maioria, haja uma atitude contrária

SOCIALISTAS SOLICITAM DOCUMENTOS DE FORMA POTESTATIVA A ALBUQUERQUE

e tendente a apressar o desenrolar dos trabalhos e a branquear os actos denunciados.

Listas de processos e de contratos de concessão

Tendo em conta que faz parte do objectivo da comissão apurar a existência de “obras inventadas” e “desnecessárias”, o PS questiona como é que os deputados do PSD e do CDS pretendem esclarecer tais pontos, se não for solicitada qualquer informação, pedido qualquer documento e se a sua postura é a de inquirir o mínimo de entidades possíveis.

É por isso que, usando do seu direito potestativo, os socialistas exigem que sejam solicitadas a Miguel Albuquerque a lista de todos os números de processos que tenham decorrido em tribunal judicial ou tribunal arbitral, em que tenha sido logrado acordo entre a Região ou secretarias regionais e empresas ou agrupamentos de empresas, bem como a lista de todos os contratos de concessão celebrados entre o Governo e empresas ou agrupamentos de empresas, desde 2015 até ao presente.

“Por outro lado, importa explicar que, além de a comissão de inquérito se encontrar obrigada a solicitar a apresentação de documentos e informações até ao limite de duas diligências por cada deputado que a integre, deve deliberar sobre a realização de outras diligências instrutórias facultativas que considere úteis para a realização do inquérito”, recorda Sérgio Gonçalves.

É nesse sentido que, consoante a forma como decorrerem os trabalhos nas reuniões agendadas, o PS poderá, posteriormente, requerer a apresentação de novos documentos e a inquirição de novas personalidades.



Governo Regional mantém tolerância de ponto no Carnaval.

Tolerância de ponto confirmada

O executivo madeirense concedeu tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval em todos os serviços, institutos públicos e empresas públicas sob a tutela do Governo Regional, sem prejuízo de serem assegurados todos os serviços e actividades imprescindíveis ou indispensáveis.

Nestas entidades haverá, também, tolerância de ponto na parte da manhã de quarta-feira seguinte. “Os serviços da administração pública regional autónoma, que pela sua natureza, sejam de funcionamento ininterrupto, assim como aqueles que, por razões de interesse público, tenham que laborar

500 MIL EUROS PARA COMPARTICIPAÇÕES DO PROGRAMA REEQUILIBRAR DA IHM

no(s) dia(s) acima identificados, deverão criar as condições necessárias para que os seus trabalhadores possam gozar a tolerância agora concedida em momento posterior, obtida a concordância dos respetivos superiores hierárquicos”,

explica nota enviada pela presidência.

Ainda durante o Conselho de Governo que decorreu ontem, foi autorizada a celebração de um contrato-programa com a IHM, EPERAM para este ano, no montante de 500 mil euros, tendo em vista compartilhar uma parte dos encargos com a atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do programa de apoio financeiro a agregados familiares com crédito à habitação própria e permanente (REEQUILIBRAR), às famílias que preencham os critérios de elegibilidade.